



COMITÊ DE INVESTIMENTOS

ATA nº 003/2015.

Ata da Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos, realizada aos dezesseis dias do mês de março de 2015 às 15h00 na sala de reuniões deste Instituto conforme determina a Portaria nº 519/2011 do Ministério da Previdência Social – MPS e Decreto Municipal nº 2706/2012. **Pauta:** Aprovação da Ata nº 002/2015 da Reunião Ordinária realizada no dia 25 de fevereiro de 2015; Informação e análise acerca dos cenários macroeconômicos e das expectativas de mercado pela empresa Maxx Consultoria de Investimentos Ltda.; Apresentação e parecer do relatório com a avaliação e o desempenho das aplicações da Carteira de Investimentos no ano de 2014; Apresentação e parecer do relatório com a avaliação e o desempenho das aplicações da Carteira de Investimentos do mês de fevereiro/2015; Alocação de recursos do Fundo II, Análise e aprovação de credenciamento da BB Gestão de Recursos DTVM S.A.; Resilição do Contrato de banco liquidante com o Banco de Brasil S.A. para a prestação de serviços de liquidação financeira de ativos e do contrato junto à CETIP S.A. – Mercados Organizados para uso da Plataforma Eletrônica, denominada CETIPNet. **Participantes:** Sr. Dário Délio Campos – Presidente; Srta. Milla Rosa Peixoto – Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro; Sr. Pedro Soares de Oliveira – Representante do Conselho Fiscal Previdenciário – CFP; Sr. Oberlin da Cunha Nogueira – Gestor dos Fundos Previdenciários. **I** – A Ata de nº 002/2015 depois de lida e achada conforme, foi aprovada por unanimidade. **II** – Em seguida, passou-se às considerações do Sr. Fernando Vitor de Oliveira, representando a Maxx Consultoria de Investimentos Ltda. para a apresentação dos cenários macroeconômicos e das expectativas de mercado: Nos últimos meses, as surpresas negativas com a economia brasileira têm sido mais intensas e rápidas do que o mercado poderia esperar. Uma conjunção de elementos domésticos, combinados com questões externas, tem deprimido a economia brasileira, que deve mostrar retração de 1,5% ante queda de 0,5% esperada anteriormente. O episódio Petrobras impactou diretamente a cadeia de óleo e gás como também a de construção civil, ajustando não só os investimentos futuros, mas também a atividade corrente. Ao mesmo tempo, o setor imobiliário passa por importante desaceleração, com retração das vendas e dos lançamentos, com um ajuste de estoques a ser observado neste ano. A falta de perspectiva da indústria, praticamente estagnada desde 2011, também não traz sinais alvissareiros para a recuperação da economia brasileira no horizonte de curto prazo. Respondendo a essas condições, observa-se um ajuste no mercado de trabalho bastante forte, com a geração líquida de empregos caindo drasticamente. As famílias, assim, têm reagido reduzindo o consumo de bens e serviços e postergando importantes decisões para quem sabe o próximo ano. Como se esse contexto de atividade excepcionalmente deprimida já não fosse suficiente, as incertezas relacionadas à oferta de água e energia ainda não saíram de cena (e nem deverão sair). As pressões inflacionárias, concentradas nos reajustes das tarifas públicas, sem falar na depreciação do real, tornam o cenário mais delicado. Ao mesmo tempo, o ambiente político mostrou deterioração significativa nas últimas semanas. Além de colocar em risco a aprovação de parte do ajuste fiscal, os debates acalorados aumentaram a instabilidade nesse campo, postergando naturalmente decisões econômicas, de ordem privada e



pública. Tentando apreçar esses elementos colocados, a moeda brasileira mostrou importante depreciação ao longo dos primeiros meses de 2015, respondendo não somente à valorização do dólar em escala global, mas também ao ambiente local, hoje, complicado. A confiança das empresas e famílias ainda em queda, as incertezas relacionadas ao ambiente político e certa paralisação da atividade em cadeias importantes da economia levaram os agentes de mercado, a revisar mais uma vez o cenário macroeconômico para este ano. As primeiras medidas adotadas neste ano, tanto no âmbito da despesa como receita, visam ajustar políticas adotadas nos últimos anos e reorganizar a política macroeconômica brasileira. Mesmo diante da dificuldade política hoje enfrentada, o ajuste das contas públicas é essencial para que o País possa retomar a rota do crescimento nos próximos anos. **ECONOMIA INTERNACIONAL** - Os dados de fevereiro reforçam a tese de que as assimetrias de políticas monetárias ao redor do mundo seguem ocorrendo, pressionadas ainda mais pela valorização do dólar. Além disso, a inflação baixa, em 0,08%, parece ser mais duradoura do que se esperava em 2014. Os **EUA** seguem crescendo firme. Em mais uma demonstração de robustez da economia norte-americana, os dados do mercado de trabalho referentes a fevereiro mostraram que no mês foram criados 295 mil postos de trabalho em termos líquidos, bem acima do consenso que apontava para +235 mil vagas (em janeiro a estatística foi revisada negativamente em 18 mil). Agora são doze meses consecutivos que a economia gerou pelo menos 200 mil novos postos de trabalho, dinâmica antes vista apenas outras quatro vezes no pós-guerra. Com o resultado de fevereiro, a média móvel de três meses caiu de 330 mil para 288 mil (saiu do cálculo o forte resultado de +423 mil contrações em novembro). A taxa de desemprego, por sua vez, apresentou recuo, passando de 5,71% em janeiro para 5,54% em fevereiro (o consenso era 5,6%), e assim alcançando o menor patamar desde maio de 2008. Na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central Norte Americano (FOMC) mostrou-se menos propenso a subir os juros no curto prazo em junho, deixando as portas abertas para setembro. A presidente Janet Yellen, em seu discurso em 24/02, deu a mesma mensagem. Esta possibilidade pode ser explicada não só pela inflação, que segue resilientemente baixa, mas pela valorização do dólar e pela desaceleração da economia mundial. A **Zona do Euro**, por sua vez, apesar de seus problemas estruturais, apresenta melhora na atividade, ainda que a inflação tenha se mantido em campo deflacionário. Diversos indicadores de atividade vêm mostrando recuperação robusta, sendo que se destacam, entre eles, os números de consumo. As vendas varejistas no acumulado dos três meses terminados em janeiro registram elevação de 2,1%, a maior alta desde o início da série em 2000. Outros exemplos, o licenciamento de automóveis atingiu o maior patamar em mais de três anos e a confiança do consumidor voltou ao nível de 2007. Muito dessa melhora da economia nos últimos meses parece ter sido liderada pela Alemanha, que, por exemplo, registrou somente em janeiro uma expansão mensal de 2,9% das vendas varejistas. Entretanto, outros países também apresentam melhora, embora menos intensa: na França, enquanto a indústria mostra desempenho pífio, o setor de serviços vem mostrando melhora, dinâmica inversa ao da Itália; na Espanha, ambos os setores vêm mostrando crescimento saudável já há algum tempo. É muito provável que essa moderada melhora da atividade econômica na Zona do Euro seja consequência de uma combinação de fatores. O principal suspeito, nesse sentido, é o benefício econômico trazido pela queda dos preços de energia, uma vez que a região é altamente dependente da importação de petróleo e derivados. Mario Draghi, presidente do BCE, iniciará o programa de expansão



monetária de € 1,14 trilhão (€ 60 bilhões ao mês) em março de 2014 para atacar os problemas conjunturais (estimular a economia e a inflação). A incerteza que surgiu neste começo de ano deve-se à Grécia. Com novo partido no poder – o qual é contra a austeridade –, o país terá agora a extensão do programa de empréstimos junto a Troika (Comissão Européia, FMI e BCE) por mais quatro meses. Apesar do acordo provisório, os credores continuam exigindo compromissos mais rigorosos. Na **Ásia**, o Japão cresceu 0,04% em 2014, sobretudo pelo consumo e investimento mais fracos. A **China**, por sua vez, cresceu 7,4%. Apesar de um crescimento invejável se comparado com o do Japão, este último segue com viés decrescente. Ambos devem alcançar crescimentos ao redor de 1% e 7%, respectivamente, em 2015, com a hipótese de que sigam com políticas expansionistas. A desaceleração da economia e os riscos de deflação seguem como temas centrais para a China neste ano, a despeito das elevadas expectativas relacionadas às reformas. Os indicadores econômicos divulgados sugerem que (i) a demanda doméstica continua se expandindo em ritmo mais moderado, (ii) a tendência deflacionista não foi interrompida e (iii) as exportações podem dar algum suporte à atividade industrial. Destaca-se o ajuste do setor imobiliário como o vetor do enfraquecimento da economia chinesa, desde o ano passado. De meados do ano passado até fevereiro deste ano, os investimentos no setor imobiliário passaram de uma taxa de crescimento interanual de 14% para 10%. As vendas e os lançamentos de novos imóveis residenciais acumulam quedas de 9,6% e 15,6% nos últimos dozes meses. Com isso, a produção industrial exibiu expansão de 6,8% nos dois primeiros meses deste ano, o que configura como a variação mais baixa em seis anos. As exportações, por outro lado, têm mostrado alguma recuperação, com alta de 8,5% nos últimos dozes meses, mas não têm sido suficientes para sustentar a atividade manufatureira. De fato, os lucros corporativos continuam em queda e a deflação na cadeia do atacado segue se acentuando. É verdade que a queda dos preços das commodities tem favorecido esse movimento, mas a fraca demanda doméstica tem impulsionado essa tendência. O índice de preços ao produtor registrou deflação de -4,8% em fevereiro e a inflação ao consumidor, em grande medida favorecida pelos preços dos alimentos sob controle, também tem se mantido em patamares bastante baixos. **ECONOMIA NACIONAL** – O Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa Selic para 12,75%, com mais um aumento de 50 pontos base (p.b.), confirmando a expectativa do mercado. O comunicado após a reunião espelhou aquele da reunião de janeiro, sugerindo que o ciclo de alta continuará na próxima reunião de 29 de abril. A decisão reflete a tentativa de balancear duas forças opostas. De um lado, a inflação corrente é muito superior àquela antecipada pelo Copom, com preços administrados subindo muito acima da sua previsão, e depreciação do câmbio surpreendendo significativamente desde o começo de fevereiro. Por outro lado, indicadores antecedentes sugerem que a economia muito provavelmente vai se enfraquecer ainda mais do que o esperado pelo Banco Central (BC), ao mesmo tempo em que a política fiscal se move rapidamente para o campo contracionista. **Atividade Econômica** – A atividade da indústria brasileira voltou a cair, após dois meses em expansão, de acordo com o Índice de Gerentes de Compra (PMI, na sigla em inglês), calculado pelo HSBC e divulgado pela Markit. O indicador recuou de 50,7 pontos em janeiro para 49,6 pontos em fevereiro. O PMI mede a atividade da indústria levando em conta parâmetros como produção, estoques, novas encomendas, preços e emprego, a partir de informações levantadas entre cerca de 400 companhias. Leituras acima de 50 indicam expansão e, abaixo, retração. A principal característica do conjunto de dados de fevereiro foi o impacto do



enfraquecimento do real, que está aumentando o custo dos insumos, especialmente aqueles cujos preços são definidos em dólar”, afirma, em nota, André Loes, economista-chefe do HSBC no Brasil. Segundo o HSBC, o recuo foi puxado pela diminuição das novas encomendas e da produção em meio ao enfraquecimento da demanda, em especial no mercado doméstico. Os preços dos insumos estão em alta por causa da depreciação do câmbio e a indústria está repassado essa elevação para seus produtos, o que também inibe o consumo. Os estoques de produtos acabados também foram reduzidos. Não houve alteração significativa no nível de emprego da indústria brasileira em fevereiro, segundo o HSBC. Os sinais de demanda enfraquecida e o nível ainda expressivo de capacidade ociosa estimularam uma parcela maior da indústria brasileira a considerar a redução de investimentos em capital fixo nos próximos 12 meses. Ao mesmo tempo, em horizonte maior, a taxa média de expansão da capacidade produtiva prevista pelo setor industrial até 2017 foi a menor desde 2002. Os dados são da "Sondagem de Investimentos do 1º Trimestre de 2015", divulgada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Os investimentos em capital fixo tratados pela pesquisa abrangem máquinas e equipamentos, veículos, novas construções, ampliação ou melhoria de instalações. Das 669 empresas consultadas entre janeiro e fevereiro, 27% disseram que vão aumentar os aportes em capital fixo e 31% que vão reduzi-lo. No mesmo período do ano passado, 34% queriam aumentar o investimento e 16% pretendiam diminuí-lo. Vendas no Varejo em fevereiro, no conceito restrito – que não considera as vendas de veículos e material de construção – registraram alta de 0,8% na margem em janeiro, crescimento inesperado pelo mercado (com projeções de -0,4% e -0,5% respectivamente). Essa alta, no entanto, foi suficiente para reverter apenas parte da importante queda observada em dezembro, de - 2,6%. Na margem, todos os segmentos do comércio apresentaram crescimento das vendas. Destaque positivo para as vendas dos Supermercados (que representam quase 52% do comércio restrito), com alta de 0,3% na margem, resultado oposto do calculado pela Abras para o mesmo período (- 0,3%). As vendas de móveis (+2,4%) e vestuário (+1,3%) também aumentaram na margem, mas ainda assim não recuperaram nem metade da queda observada em dezembro. O comércio ampliado, por sua vez, cresceu 0,6%, contra nossa projeção de -0,3% e o consenso em -1,8%. Na abertura, a alta foi puxada pelos segmentos que compõe o comércio restrito, uma vez que tanto as vendas de veículos (-0,5%) quanto as de material de construção (-0,1%) recuaram na margem. Apesar do desempenho melhor que o previsto das vendas varejistas em janeiro, a verdade é que o quadro para o comércio permanece bastante enfraquecido. Supondo que nos próximos meses as vendas permanecerão no mesmo nível de janeiro, o resultado seria de apenas +0,6% de crescimento do comércio restrito e queda de 1,1% no ampliado. Ademais, uma série de fatores tende a enfraquecer as vendas esse ano. A primeira delas é a esperada desaceleração dos rendimentos reais dos trabalhadores, reduzindo a renda disponível. Ao mesmo tempo, o encarecimento das operações com crédito (em linha com o aumento da taxa média de juros) e a confiança do consumidor cada vez mais deprimida devem limitar o ritmo de vendas. O *déficit* da balança comercial atingiu US\$3,8 bilhões em doze meses até fevereiro de 2015. Esse resultado adveio de exportações de US\$218,9 bilhões e de importações de US\$222,7 bilhões, com recuo de 9,7% e de 7,6%, respectivamente, em relação ao acumulado até fevereiro de 2014. **Expectativas e Sondagens** – O Índice de Confiança do Comércio (ICOM) medido pela FGV - Fundação Getúlio Vargas, recuou -8,8% frente ao mês anterior, o maior recuo mensal da série iniciada em março de 2010. Após a quarta queda



consecutiva, o índice atingiu 97,9 pontos, menor nível da série histórica. Já o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) da Fundação Getúlio Vargas recuou -4,9% entre janeiro e fevereiro de 2015, ao passar de 89,8 para 85,4 pontos, atingindo o recorde negativo na série iniciada em setembro 2005. Em Fevereiro, o Índice de Confiança de Serviços (ICS) da Fundação Getúlio Vargas apresentou recuo -5,4%, ao passar de 99,1 para 93,7 pontos. Após a segunda queda consecutiva, o índice registra o menor nível da série iniciado em junho de 2008. O Índice de Confiança da Indústria (ICI) da Fundação Getúlio Vargas recuou -3,4% entre janeiro e fevereiro, ao passar de 85,9 para 83,0 pontos, após avançar 1,9% em janeiro e cair 1,5% em dezembro. O índice continua em patamar extremamente baixo em termos históricos. O Índice de Confiança da Construção (ICST) da FGV, caiu -6,9% entre janeiro e fevereiro, o maior recuo mensal da série iniciada em julho de 2010. Após a terceira queda consecutiva, o índice de 83,8 pontos também representa um novo recorde negativo.

Mercado de Trabalho – Os sinais de desaceleração do mercado de trabalho brasileiro começam ficar mais evidentes, em resposta à atividade econômica mais fraca, conforme os dados de desemprego da Pnad Contínua referente ao trimestre encerrado em janeiro deste ano. A pesquisa divulgada pelo IBGE, mostrou um aumento da taxa de desocupação de 6,4% para 6,8% no Brasil em relação ao mesmo período do ano passado. Na comparação com a divulgação trimestral anterior (outubro a dezembro 2014), a variação foi de 0,3%. A taxa de desocupação é determinada pela variação do número de desocupados e da população economicamente ativa (PEA). Ambos são afetados pela desaceleração da atividade econômica, mas em momentos distintos. Se por um lado o número de desocupados cresce principalmente pela redução de postos de trabalho, de maneira direta e no curto prazo, a PEA se altera pela decisão de médio ou longo prazo dos indivíduos de sair do mercado de trabalho ou não. Para esse último componente, o processo de transição demográfica, decisões relacionadas aos estudos e à aposentadoria alteram a composição etária da população e a sua propensão a procurar emprego. Ao longo dos últimos três anos, verificou-se uma queda consistente da taxa de participação populacional (PEA/população em idade ativa). Já a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) apontam que a taxa de desemprego dessazonalizada nas seis regiões metropolitanas atingiu 5,3% em Janeiro de 2015, crescimento relevante ante o nível mais baixo da mesma atingido em Maio de 2014, 4,5%. Percebe-se que a taxa de desocupação é mais elevada para mulheres, pessoas jovens e com ensino médio incompleto. Comparando o quarto trimestre de 2014 com o quarto trimestre de 2013, houve aumento da taxa de desemprego mais acentuado para homens, pessoas com 14 a 17 anos, 18 a 24 anos, 60 anos ou mais e 25 a 39 anos (nessa ordem, em pontos percentuais). Dentre os diferentes níveis de instrução, apenas os indivíduos com nível superior completo não apresentaram alteração em sua taxa de desocupação.

Inflação e Taxa de Meta Atuarial – O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do mês de fevereiro apresentou variação de 1,22%, resultado próximo ao de 1,24% de janeiro. Considerando os dois primeiros meses do ano, o índice situa-se em 2,48%, acima do percentual de 1,24 registrado em igual período de 2014. Nos últimos doze meses, a taxa foi para 7,70%, a mais elevada desde maio de 2005, quando atingiu 8,05%. Em fevereiro de 2014, o IPCA ficou em 0,69%. Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apresentou variação de 1,16% em fevereiro, abaixo do resultado de 1,48% de janeiro. Nos dois primeiros meses do ano, o índice situa-se em 2,66%, acima do percentual de 1,27% registrado em igual período de 2014. Considerando os últimos doze meses, o índice ficou em 7,68%, bem acima da



taxa de 7,13% dos doze meses anteriores. Em fevereiro de 2014, o INPC foi de 0,64%. A Taxa de Meta Atuarial (TMA) que é indexada ao indicador IPCA (IPCA + 6% a.a.) variou 1,64% no mês, acumulando 3,40% no ano. Já para os RPPS que possuem meta atuarial indexada ao INPC (INPC+6% a.a.), a variação mensal foi 1,58% e no ano 3,59%. **III** – O Relatório Anual com a avaliação e o desempenho das aplicações da Carteira de Investimentos referente ao ano de 2014 dos Fundos II, III e IV foi demonstrado, juntamente com os pareceres dos mesmos, onde o **Fundo II** obteve rentabilidade na carteira de investimentos muito próxima de sua Taxa de Meta Atuarial – TMA, indexada ao IPCA, sendo que a carteira obteve rentabilidade no acumulado dos doze meses de 2014 de 12,49%, enquanto a TMA atingiu 12,82%. O **Fundo III** obteve rentabilidade inferior a sua TMA sendo que o Fundo obteve rentabilidade de 10,56% contra uma TMA de 12,82% e o **Fundo IV** obteve rentabilidade na carteira de investimentos inferior à sua Taxa de Meta Atuarial, sendo que a rentabilidade obtida foi de 2,44% enquanto a TMA atingiu 3,26%, lembrando que este fundo foi constituído em outubro de 2014, portanto a presente análise diz respeito somente ao 4º Trimestre. Foi utilizada a metodologia de cálculo da Taxa Interna de Retorno – TIR para obtenção dos valores de rendimentos e foi também utilizada a metodologia de “marcação a mercado” conforme determina a Portaria MPS nº 402/2008. **IV** – O Relatório Mensal com a avaliação e o desempenho das aplicações da Carteira de Investimentos no mês de fevereiro/2015 dos Fundos II, III e IV foi demonstrado, juntamente com os pareceres dos mesmos. O **Fundo II** rentabilizou 0,48% e não foi suficiente para superar a TMA que fechou o mês em 1,64%. O mês de Fevereiro/15 foi o décimo mês nos últimos doze que o RPPS apresentou rentabilidade positiva, mais é o sexto mês em que o desempenho da carteira ficou abaixo da meta atuarial, porém avaliando a performance dos últimos doze meses, o RPPS acumula 12,71% de rentabilidade, enquanto a TMA apresenta 14,11%. No **Fundo III**, a rentabilidade de 0,77% apresentada pela carteira de ativos foi inferior a TMA que no mês fechou em 1,64%. Nos últimos doze meses o Fundo apresentou rentabilidade positiva, mais é o décimo mês em que o desempenho da carteira ficou abaixo da meta atuarial. Em doze meses, o Fundo III acumula 10,85% de rentabilidade, enquanto a TMA apresenta 14,11%. O **Fundo IV** rentabilizou 0,79%, ficando seu desempenho inferior a TMA (IPCA + 6,00%), que no fechamento do mês em análise ficou em 1,64%. Desde a constituição do Fundo IV (Outubro/2014) a carteira sempre apresentou rentabilidade positiva, porém nunca superou a meta atuarial. Em cinco meses, o Fundo IV acumula 4,24% de rentabilidade, enquanto a TMA apresenta 6,77% para este mesmo período. A inflação que atingiu 1,22% no período (maior resultado acumulado em 12 meses desde maio/2005, (8,05%), superou a meta de inflação de 6,5% a.a, chegando assim a 7,7% no acumulado até Fev/15, segundo dados divulgados pelo IBGE). Isto levou a uma meta atuarial de 1,64%. Considerando os dados apresentados e as devidas informações, o Comitê de Investimentos aprovou o relatório das aplicações da Carteira de Investimentos do mês de fevereiro/2015 por unanimidade dos membros presentes. **IV** – Foi deliberado pelo Comitê que o recurso no montante de R\$ 904.000,00 (novecentos e quatro mil reais) do Fundo II deste Instituto fosse alocado no Fundo Caixa FI Brasil Referenciado DI Longo Prazo, CNPJ 03.737.206/0001-97, como também novos aportes de recursos referentes aos Fundos III e IV que sejam alocados no referido Fundo de Investimento até a próxima reunião do Comitê. **V** – Foi analisada pelo Comitê de Investimentos, conforme determina a Portaria MPS nº 440 de 09 de outubro de 2013, a renovação do credenciamento enquanto gestora de ativos do BB Gestão de



Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. CNPJ nº 30.822.936/0001-69 de acordo com o Processo Administrativo nº 60441456/2014, sendo aprovado o credenciamento pelos membros presentes. **VI** – O Comitê deliberou pela resilição do contrato firmado junto ao Banco do Brasil S.A. referente à prestação de serviços de liquidação financeira de ativos e também junto a CETIP S.A. – Mercados Organizados, para uso da Plataforma Eletrônica denominada CETIPNet, tal decisão se deu em virtude dos referidos contratos estarem gerando uma despesa mensal para o IPSM, uma vez que o Instituto não está mais realizando operações registrados na CETIP, o que se deu quando da compra de Títulos Públicos Federais e portanto não necessitando de banco liquidante por não ter ativos em custódia na Conta CETIP. **VII** – Ficou definido pelo Comitê a antecipação da Reunião Ordinária marcada para o dia 20 de abril para a data de 17 de abril de 2015 às 09h00 em sua sala de reuniões. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente suspendeu a reunião pelo tempo necessário para a lavratura desta Ata. Reaberta a reunião, foi esta Ata lida e achada conforme, aprovada por todos os presentes. Documentos anexos que farão parte da presente Ata: 1) Relatórios com a Avaliação Anual e o desempenho das aplicações da Carteira de Investimentos no ano de 2014 dos Fundos II, III e IV. 2) Relatórios com a Avaliação Mensal e o desempenho das aplicações da Carteira de Investimentos no mês de fevereiro/2015 dos Fundos II, III e IV. Nada mais.

Dário Délio Campos (Presidente): _____

Dário Délio Campos

Milla Rosa Peixoto (Membro): _____

Milla Rosa Peixoto

Oberlin da Cunha Nogueira (Membro): _____

Oberlin da Cunha Nogueira

Pedro Soares de Oliveira (Membro): _____